



MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I - DO EDITAL

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresas para fornecimento de materiais permanentes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

	GRUPO 1 (Itens 1 a 10)	
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UI
1	<p>APARADOR, ESTILO LUIS XV, COM AS SEGUINTE DESCRITÕES:</p> <p>1. formato: meia lua; 2. estrutura: confeccionada em madeira maciça; 3. uma gaveta com corrediça metálica (cor e puxador personalizável); 4. uma prateleira entalhada; 5. cor da madeira: imbuia fosco.</p> <p>Dimensões aproximadas:</p> <p>Altura: 90cm (aceitar-se-á variação de +/-2cm); Largura: 80cm (aceitar-se-á variação de +/-2cm); Profundidade: 45cm (aceitar-se-á variação de +/-2cm).</p> <p>Garantia:</p> <p>01 (um) ano, contra defeitos de fabricação.</p> <p>Documentação Técnica:</p> <p>1) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento; 2) Certificado de Regularidade referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP junto ao IBAMA; 3) Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca, Linha/modelo e caso haja código de certificação do produto, informá-lo para comprovação com a especificação técnica e documentação apresentada.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa:</p> 	UI

2	<p><u>APARADOR, ESTILO LUIS XV, COM AS SEGUINTE DESCRİÇÕES:</u></p> <ol style="list-style-type: none">1. estrutura: confeccionada em madeira maciça;2. mínimo de três gavetas com corrediças metálicas (cor e puxador personalizável);3. cor da madeira: imbuia fosco. <p><u>Dimensões aproximadas:</u></p> <p>Altura: 90cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);</p> <p>Largura: 180cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);</p> <p>Profundidade: 60cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm).</p> <p><u>Garantia:</u></p> <p>01 (um) ano, contra defeitos de fabricação.</p> <p><u>Documentação Técnica:</u></p> <ol style="list-style-type: none">1) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;2) Certificado de Regularidade referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP junto ao IBAMA;3) Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca, Linha/modelo e caso haja código de certificação do produto, informá-lo para comprovação com a especificação técnica e documentação apresentada. <p><u>Imagem meramente ilustrativa:</u></p> 	UI
---	---	----

APARADOR, ESTILO LUIS XV, COM AS SEGUINTE DESCRİÇÕES:

1. estrutura: confeccionada em madeira maciça;
2. três gavetas com corrediças metálicas (cor e puxador personalizável);
3. cor da madeira: imbuia fosco.

Dimensões aproximadas:

Altura: 90cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);

Largura: 100cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);

Profundidade: 45cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm).

Garantia:

01 (um) ano, contra defeitos de fabricação.

Documentação Técnica:

- 1) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;
- 2) Certificado de Regularidade referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP junto ao IBAMA;
- 3) Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca, Linha/modelo e caso haja código de certificação do produto, informá-lo para comprovação com a especificação técnica e documentação apresentada.

3

UI

Imagem meramente ilustrativa:



MESA AUXILIAR (LATERAL), ESTILO LUIS XV, COM AS SEGUINTE DESCRİÇÕES:

1. estrutura: confeccionada em madeira maciça;
2. uma gaveta com corrediças metálicas (cor e puxador personalizável);
3. cor da madeira: imbuia fosco;

Dimensões aproximadas:

Altura: 73cm (aceitar-se-á variação de +/-2cm);

Largura: 53cm (aceitar-se-á variação de +/-2cm);

Profundidade: 46cm (aceitar-se-á variação de +/-2cm).

Garantia:

01 (um) ano, contra defeitos de fabricação.

Documentação Técnica:

- 1) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;
- 2) Certificado de Regularidade referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP junto ao IBAMA;
- 3) Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca, Linha/modelo e caso haja código de certificação do produto, informá-lo para comprovação com a especificação técnica e documentação apresentada.

Imagem meramente ilustrativa:



MESA DE CENTRO, ESTILO PROVENÇAL, COM AS SEGUINTE DESCRIÇÕES:

1. estrutura: confeccionada em madeira maciça;
2. entalhada artesanalmente;
3. cor da madeira: imbuia fosco

Dimensões aproximadas:

Altura: 38cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);

Largura: 140cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);

Profundidade: 90cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm).

Garantia:

01 (um) ano, contra defeitos de fabricação.

Documentação Técnica:

- 1) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;
- 2) Certificado de Regularidade referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP junto ao IBAMA;
- 3) Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca, Linha/modelo e caso haja código de certificação do produto, informá-lo para comprovação com a especificação técnica e documentação apresentada.

Imagem meramente ilustrativa:



MESA DE REUNIÃO, ESTILO PROVENÇAL, COM AS SEGUINTE DESCRIÇÕES:

1. estrutura: confeccionada em madeira maciça;
2. entalhada artesanalmente;
3. detalhes em dourado;
4. cor da madeira: imbuia fosco.

Dimensões aproximadas:

Altura: 80cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);

Largura: 320cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);

Profundidade:130cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm).

Garantia:

01 (um) ano, contra defeitos de fabricação.

Documentação Técnica:

- 1) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;
- 2) Certificado de Regularidade referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP junto ao IBAMA;
- 3) Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca, Linha/modelo e caso haja código de certificação do produto, informá-lo para comprovação com a especificação técnica e documentação apresentada.

Imagem meramente ilustrativa:



ESCRIVANINHA CLÁSSICA, ESTILO PROVENÇAL, COM AS SEGUINTE DESCRIÇÕES:

1. estrutura: confeccionada em madeira maciça;
2. entalhada artesanalmente;
3. detalhes em dourado;
4. tampo em couro natural customizado (tonalidade do couro a definir);
5. duas gavetas, sendo uma de cada lado com corrediças metálicas (cor e puxador personalizável);
6. cor da madeira: imbuia fosco.

Dimensões aproximadas:

Altura: 80cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);

Largura: 180cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);

Profundidade: 70cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm).

Garantia:

01 (um) ano, contra defeitos de fabricação.

Documentação Técnica:

- 1) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;
- 2) Certificado de Regularidade referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP junto ao IBAMA;
- 3) Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca, Linha/modelo e caso haja código de certificação do produto, informá-lo para comprovação com a especificação técnica e documentação apresentada.

Imagem meramente ilustrativa:



CADEIRA GIRATÓRIA, COM AS SEGUINTE DESCRITÕES:

1. estrutura: confeccionada em madeira maciça;
2. entalhada artesanalmente;
3. com braços;
4. sistema de inclinação;
5. com regulável de altura;
6. estofada em couro natural (tonalidade: cristal conhaque);
7. encosto em capitonê;
8. com espuma em alta densidade;
9. detalhes em dourado;
10. cor da madeira: imbuia;
11. pés com cinco rodas de nylon;
12. peso suportado: 150Kg.

Dimensões aproximadas:

Altura: 120cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);

Largura: 60cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);

Profundidade: 66cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm).

Garantia:

01 (um) ano, contra defeitos de fabricação.

Documentação Técnica:

- 1) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;
- 2) Certificado de Regularidade referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP junto ao IBAMA;
- 3) Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca, Linha/modelo e caso haja código de certificação do produto, informá-lo para comprovação com a especificação técnica e documentação apresentada.

Imagem meramente ilustrativa:



CADEIRA GIRATÓRIA, COM AS SEGUINTE DESCRITÕES:

1. estrutura: confeccionada em madeira maciça;
2. entalhada artesanalmente;
3. com braços;
4. sistema de inclinação;
5. com regulável de altura;
6. estofada em couro natural (tonalidade: bege claro);
7. encosto em capitonê;
8. com espuma em alta densidade;
9. detalhes em dourado;
10. cor da madeira: imbuia;
11. pés com cinco rodas de nylon;
12. peso suportado: 150Kg.

Dimensões aproximadas:

Altura: 104cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);

Largura: 61cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);

Profundidade: 66cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm).

Garantia:

01 (um) ano, contra defeitos de fabricação.

Documentação Técnica:

- 1) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;
- 2) Certificado de Regularidade referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP junto ao IBAMA;
- 3) Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca, Linha/modelo e caso haja código de certificação do produto, informá-lo para comprovação com a especificação técnica e documentação apresentada.

Imagem meramente ilustrativa:



10	<p><u>POLTRONA KING, COM AS SEGUINTE DESCRIÇÕES:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. estrutura: confeccionada em madeira maciça; 2. entalhada artesanalmente; 3. com braços; 4. estofada em tecido linho (tonalidade: bege claro); 5. encosto em capitonê; 6. acompanha almofada do mesmo tecido; 7. com espuma em alta densidade; 8. cor da madeira: imbuia fosco; 9. peso suportado: 150Kg. <p><u>Dimensões aproximadas:</u></p> <p>Altura: 96cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);</p> <p>Largura: 77cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm);</p> <p>Profundidade: 68cm (aceitar-se-á variação de +/-5cm).</p> <p><u>Garantia:</u></p> <p>01 (um) ano, contra defeitos de fabricação.</p> <p><u>Documentação Técnica:</u></p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento; 2) Certificado de Regularidade referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP junto ao IBAMA; 3) Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca, Linha/modelo e caso haja código de certificação do produto, informá-lo para comprovação com a especificação técnica e documentação apresentada. <p><u>Imagem meramente ilustrativa:</u></p> 	UI
	Valor Máximo do Grupo I	
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	

11	<p><u>SOFÁ CHESTERFIELD, COM AS SEGUINTE DESCRICÖES:</u></p> <ol style="list-style-type: none">1. estrutura: confeccionada em madeira de lei;2. braços de espuma D-26 soft;3. estofado em couro natural (tonalidade: madras tiza);4. encosto fixo com espuma D-26 soft;5. encosto em capitonê;6. assentos soltos com suspensão de percintas elásticas tranças;7. assentos com espuma D-33 soft rvestida com manta de silicone; braços de espuma D-26 soft;8. pés de madeira maciça;9. cor da madeira: imbuia fosco;10. peso suportado: no mínimo 130Kg por assento. <p><u>Dimensões aproximadas:</u></p> <p>Altura: 80cm (aceitar-se-á variação de +/-2cm);</p> <p>Largura: 260cm (aceitar-se-á variação de +/-2cm);</p> <p>Profundidade: 95cm (aceitar-se-á variação de +/-2cm).</p> <p><u>Garantia:</u></p> <p>01 (um) ano, contra defeitos de fabricação.</p> <p><u>Documentação Técnica:</u></p> <ol style="list-style-type: none">1) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do Fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;2) Certificado de Regularidade referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP junto ao IBAMA;3) Catálogo ou desenho ilustrativo do respectivo item, com identificação de marca, Linha/modelo e caso haja código de certificação do produto, informá-lo para comprovação com a especificação técnica e documentação apresentada. <p><u>Imagem meramente ilustrativa:</u></p> 	UI
	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO DA DESPESA	
	<i>Intervalo mínimo entre lances sobre o valor unitário</i>	

OBSERVAÇÕES:

- 1.1.1 O acabamento deverá ser em madeira natural com aplicação de verniz, seladora, *stain* ou outro material equivalente, não sendo aceitos acabamentos em MDF, MDP, HDF, laminado melamínico decorativo ou similar.
- 1.1.2. Tratando-se de mobiliários a serem alocados em um mesmo ambiente, os puxadores, entalhes e acabamentos deverão ser perzonalizados, (cor, modelos e tamanhos).
- 1.2. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, **prevalecerá** esta última.
- 1.3. Os materiais objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), podendo ser localizados usualmente no mercado.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria DG/TRE/MS nº 131/2023.
- 1.5. Os itens 1 a 10 serão agrupados em um GRUPO 1, em razão da necessidade de padronização evisando assegurar que os mobiliários tenham compatibilidade na tonalidade da madeira, aparência, estilo, forma, textura, materiais e acabamentos, uma vez que serão instalados no mesmo ambiente, visando assim melhor harmonização e facilidade na gestão do cronograma de entrega e montagem, conforme justificativa constante do capítulo 7 do Estudo Técnico Preliminar (Anexo I-A).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I-A deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2025, conforme Processo SEI0000168-45.2025.6.12.8000, publicado na página deste TRE/MS na internet.
- 2.3. Justifica-se o presente objeto, pela necessidade de aquisição de mobiliários para o novo espaço que abrigará o Gabinete da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, em conformidade ao Projeto (Anexo IV).
- 2.4. A contratação se dará mediante licitação, na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições para aquisição de **materiais permanentes** para compor o novo espaço que abrigará o Gabinete da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, em conformidade ao aprovado no Projeto.
- 3.2. A indicação de imagens na descrição dos itens é meramente orientativa, correspondendo aos materiais que serviram de base para a coleta das características/especificações dos materiais a serem adquiridos, nos termos do Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União.
- 3.2.1. A empresa licitante poderá ofertar produtos similares aos de referência, desde que atendam às especificações exigidas e apresentem padrão de qualidade e desempenho equivalentes.
- 3.2.2. Uma vez que os fabricantes podem alterar as características de seus materiais a qualquer tempo e sem prévio aviso, é de responsabilidade da empresa licitante, que pretenda cotar produto indicado como referência, a certificação de que o produto cotado se mantém de acordo com as especificações exigidas.
- 3.3. Em virtude do exposto na primeira parte da cláusula 3.2.2 acima, a cotação pela empresa licitante de produto indicado como referência não condiciona o TRE/MS à classificação da proposta e/ou à aceitação do produto quando de sua entrega.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação se dará na forma de aquisição imediata, sendo a contratada responsável pela montagem e instalação do mobiliário.
- 4.1.1. Todos os custos inerentes ao fornecimento, transporte e instalação devem estar incluídos na proposta, sendo vedado qualquer ônus posterior à Administração.
- 4.2. Os bens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção/fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante.
- 4.3. Os materiais deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

Sustentabilidade

- 4.4. Quanto aos critérios de sustentabilidade, a empresa deverá apresentar:
- a) Certificado ambiental de cadeia de custódia do FSC ou CERFLOR, em nome do fabricante do mobiliário comprovando a procedência da madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento;
- b) Certificado de Regularidade referente ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP junto ao IBAMA.
- 4.5. A empresa deverá ainda atender, quando aplicável:
- a) utilização de embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- b) menor utilização de recursos naturais em seus processos produtivos;
- c) menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- d) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- e) menor presença de materiais perigosos e tóxicos;
- f) maior vida útil;
- g) geração de menor volume de resíduos;
- h) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

Consórcio

- 4.6. Tendo em vista o valor da contratação, complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitida a participação de consórcio na presente contratação.

Garantia da Contratação

- 4.7. Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.8. A garantia dos produtos está descrita nas especificações de cada item e não se confunde com aquela citada na cláusula 4.7.

Subcontratação

- 4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA E MONTAGEM é de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados do recebimento da Requisição de Fornecimento.

5.1.1. A empresa deverá encaminhar catálogo, portfólio, mostruário ou outro documento, com todas as opções de tonalidades de acabamento da madeira na cor imbuia e tonalidade dos tecidos (couro/linho), modelos de puxadores e cores disponíveis para a escolha da Administração e definição da Requisição de Fornecimento.

5.1.1.1 Os documentos referidos na cláusula 5.1.1 deverão ser encaminhados através do sistema de compras.

5.1.2. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

5.2. Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado do TRE/MS, localizado na Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184, Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS, no horário de 12h00min às 17h00min, de segunda à sexta-feira.

5.2.1 Deverá ser previamente agendada, no mínimo com 2 dias úteis de antecedência, através do telefone (67) 2107-7209, (67) 2107-7207 e (67) 2107-7080 ou e-mail todos.almox@tre-ms.jus.br.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5.5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

5.6. O prazo de garantia dos mobiliários será de no mínimo 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Termo de Recebimento Definitivo emitido pelo Tribunal, contra quaisquer defeitos de fabricação e montagem/instalação.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os mobiliários fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Tribunal.

5.8. A contratada deverá prestar assistência técnica durante todo o período de garantia, reparando ou substituindo peças com defeito de fabricação ou funcionamento, sem ônus ao tribunal.

5.9. O pedido de substituição do objeto ou eventuais reparos, durante o período de garantia, será formalizado por notificação enviada por AR, e-mail ou outro meio hábil de comunicação, devendo os serviços serem realizados no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da notificação.

5.10. Caso seja necessária a substituição de alguma unidade fornecida, por qualquer motivo, as novas unidades devem apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos constantes da proposta original.

5.11. Todas as despesas de transporte, retirada e devolução dos itens constantes do objeto, serão de responsabilidade de contratada, sem ônus adicional para o contratante.

5.12. A solicitação para substituição de unidades defeituosas deverá ser recebida e identificada pela contratada para contínuo acompanhamento pelo contratante dos prazos para a substituição.

5.13. Os mobiliários deverão vir acompanhados dos respectivos certificados de garantia e manuais de operacionalização e regulação.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

6.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

c) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

i) Manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- 6.6.1. requisitar o fornecimento, mediante Requisição de fornecimento;
- 6.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.
- 6.6.3. Conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
- 6.6.4. Acompanhar a entrega dos materiais pela contratada;
- 6.6.5. Outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os materiais serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. O recebimento provisório e definitivo dos materiais ficará à cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado (SPA), conforme descrito a seguir.

- a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;
- b) condições da embalagem e/ou do material;
- c) quantidade entregue;
- d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

7.1.2. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7.1.1 acima, será registrado o **recebimento provisório** mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.1.2.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo dos materiais.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo detalhado, devendo ainda ser verificado:

- a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
- b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;
- d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento **provisório ou definitivo** não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos materiais nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

7.9. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

7.9.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

7.10. No caso de não haver disponibilidade para entrega do material de acordo com a marca e/ou modelo cotado em proposta, o fornecedor poderá efetuar a entrega de material de marca/modelo diferente, desde que comprovada a equivalência entre eles.

7.10.1. Neste caso, o fornecedor deverá encaminhar solicitação formal ao TRE/MS, contendo o motivo da indisponibilidade do material cotado e as especificações do material substituto.

7.11. Compete ao fornecedor comprovar a equivalência do material substituto.

7.12. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar produto cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

Da emissão da Nota Fiscal/Fatura

7.13. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.13.1. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012** (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a

empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.14. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

7.14.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.15. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em extinção contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.15.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.16. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pela contratada.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.21. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos materiais ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.3. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta eletrônica **a marca/modelo do produto ofertado e apresentar, quando convocada, catálogo/folder** que contenha as características do produto ofertado.

8.3.1. Caso não seja informada a marca/modelo do produto na proposta eletrônica e sendo tal informação necessária para análise da proposta, o Pregoeiro poderá questionar a empresa, via chat, para apresentar as informações necessárias.

8.3.2. Caso seja necessário para análise do material ofertado, o Pregoeiro poderá convocar a empresa para que indique sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado;

8.3.3. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

8.3.4. A convocação para indicação de marca/modelo e para envio de informações (site/catálogo/folder, etc) **será de 2 (duas) horas, IMPRORROGÁVEL.**

8.4. Após esta análise preliminar, estando o material, em tese, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.

8.4.1. Ainda que a marca/modelo tenha sido aceita pelo Pregoeiro, nova análise será realizada no momento da entrega dos produtos e, caso o material não atenda às especificações deste Termo de Referência, o recebimento definitivo não será realizado.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 136.097,82 (cento e trinta e seis mil, noventa e sete reais e oitenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação do **TRE/MS** será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 14112 - TRE-MS;
- II) Fonte de Recursos: 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;
- III) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;
- IV) Elemento de Despesa: 4490.52.42;
- V) Plano Interno: INV PERMAN

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções administrativas estão disciplinadas no Termo de Contrato Administrativo (Anexo II do Pregão).

12. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

- 12.1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 12.2. Exigir da empresa contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
- 12.3. Verificar a manutenção pela empresa contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
- 12.4. Aplicar penalidades à empresa, por descumprimento contratual.
- 12.5. Efetuar o pagamento à empresa contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA PRESTADORA DO SERVIÇO

- 13.1. Realizar o fornecimento dos materiais decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.
- 13.2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
- 13.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionado à prestação do serviço, sendo de inteira responsabilidade da empresa a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do serviço.
- 13.4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos materiais, na forma disposta neste Termo de Referência.
- 13.5. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
- 13.6. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-Geral 176/2023, a qual dispõe sobre o procedimento para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul;
- 13.7. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
- 13.8. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);
- 13.9. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande, maio de 2025.

Fádia Sayd C. Sabala
Integrante Demandante

Graziela Gonçalves Silva Jurado
Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO, Chefe de Seção**, em 02/06/2025, às 19:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁDIA SAYD CARVALHO SABALA, Coordenador**, em 03/06/2025, às 13:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1864962** e o código CRC **4EABE358**.



0000893-34.2025.6.12.8000

1864962v61